



REQUERIMENTO Nº , DE 2024

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Solicita que seja convocado o Excelentíssimo Senhor Paulo Teixeira, Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, para prestar esclarecimentos sobre o impacto da importação de arroz nos pequenos e médios agricultores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, bem como, sobre eventual existência de fraude no leilão do arroz realizado em 06/06, pelo governo federal.

Senhor **Presidente**,

Requeiro, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que seja convocado o Senhor Paulo Teixeira, Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, para prestar esclarecimentos sobre o impacto da importação de arroz nos pequenos e médios agricultores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, bem como, sobre eventual existência de fraude no leilão do arroz realizado em 06/06, pelo governo federal.





JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento tenciona o comparecimento do Senhor Paulo Teixeira, Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, para prestar esclarecimentos sobre o impacto da importação de arroz nos pequenos e médios agricultores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, bem como, sobre eventual existência de fraude no leilão do arroz realizado em 06/06, pelo governo federal.

Isto porque, conforme noticiado¹, o governo brasileiro publicou medidas provisórias que ampliam os recursos destinados a viabilizar importações de até 1 milhão de toneladas de arroz, com vistas a ofertar o produto a preços subsidiados ao varejo nacional, incluindo hipermercados e atacarejos, para limitar uma alta nos preços do produto básico em meio a enchentes no Rio Grande do Sul. Inicialmente, o governo havia separado cerca de R\$ 416 milhões para uma primeira operação de compra de 104,03 mil toneladas de arroz importado, na tentativa de evitar uma escalada de preços do produto.

A aquisição de mais de 100 mil toneladas seria realizada na semana passada por meio de um leilão pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), mas o certame foi suspenso enquanto o governo buscava aperfeiçoar o programa.

Com a definição do valor adicional de cerca de R\$ 6,7 bilhões, conforme medida provisória publicada em edição extra do Diário Oficial da União na noite de sexta-feira (24), a expectativa é de que a Conab divulgue em breve as regras do edital do novo leilão, cujo volume inicial ainda não foi definido.

A ideia é que a Conab compre o arroz importado por terceiros, e que estes comprovem que a importação foi feita após a definição do leilão, para que o governo tenha garantia do ingresso

¹ <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/governo-amplia-para-r72-bilhoes-recursos-para-estimular-importacao-de-arroz/>





de oferta nova no país.

O preço do arroz em casca posto na indústria do Rio Grande do Sul, maior produtor brasileiro do cereal, subiu quase 13% no acumulado do mês até a última sexta-feira, para R\$ 120,95 a saca de 50 kg, segundo indicador levantado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea).

Com os estoques formados a partir das aquisições, a Conab venderá o arroz diretamente para *"supermercados, hipermercados, atacarejos e outros estabelecimentos comerciais, incluindo equipamentos públicos de abastecimento, que disponham de ampla rede de pontos de venda nas regiões metropolitanas"*, segundo a medida provisória.

Anteriormente, a Conab havia afirmado que o arroz viabilizado pelas operações do governo deveria chegar ao consumidor brasileiro por, no máximo, R\$ 4 o quilo.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reiterou a intenção do governo de estimular a importação de arroz para manter a oferta interna, afetada pela tragédia climática no Rio Grande do Sul, e segurar os preços. Ele citou que o preço do arroz no supermercado está *"muito caro"*.

Para facilitar a importação, no dia 20 de maio, o comitê gestor da Câmara de Comércio Exterior (Camex) aprovou a redução a zero do imposto de importação de três tipos de arroz. Dois tipos de arroz não parboilizado e um tipo polido foram incluídos na lista de exceções à Tarifa Externa Comum do Mercosul.

Para representantes do setor produtivo, a importação de arroz é desnecessária, considerando que o Rio Grande do Sul já havia colhido mais de 80% da safra quando as enchentes devastaram o estado.

Apesar de alguns silos e lavouras terem sido afetados pelas





inundações, o estado vinha colhendo uma safra com boa produtividade, argumentam os representantes dos produtores.

O consultor privado Carlos Cogo, cuja consultoria tem sede no Rio Grande do Sul, reafirmou nesta segunda-feira que o estado tem condições de atender à demanda brasileira, apesar de algumas quebras registradas pelas enchentes.

"É muito dinheiro por uma operação completamente desnecessária", afirmou ele sobre a medida provisória publicada pelo governo.

A definição do valor, contudo, não quer dizer que todo o montante será gasto. A Conab costuma fazer as operações conforme a necessidade do mercado.

Cogo acrescentou que, ao final, os supermercados estarão vendendo arroz a preços subsidiados e inferiores aos custos de mercado. Isso pode desestimular produtores de arroz na próxima temporada, avaliou.

De acordo com a previsão de maio da Conab, o Brasil deverá produzir 10,5 milhões de toneladas de arroz, um aumento de 4,6% em relação à temporada passada, com a safra do Rio Grande do Sul crescendo 4,9%, para 7,2 milhões de toneladas.

A Conab revisou para baixo em apenas 200 mil toneladas os números da safra de arroz do Rio Grande do Sul, frisando em relatório no último dia 14 que os prejuízos causados pelas enchentes ainda estavam sendo mensurados.

O consumo interno é estimado pela Conab em 11 milhões de toneladas, com as importações e estoques mais do que suficientes para compensar a diferença em relação à safra, segundo os números da estatal.

A Conab havia estimado estoques iniciais de 1,8 milhão de toneladas na atual temporada, enquanto a estimativa de





importação, após as enchentes, foi revisada para 2,2 milhões de toneladas. Já a previsão de exportação de arroz do país caiu para 1,2 milhão de toneladas, 300 mil a menos que a previsão de abril.

Neste esteio, conforme noticiado², dos 28 lotes constantes no edital do leilão, houve interessados em 17 lotes, que foram arrematados por apenas quatro empresas. Os outros 11 lotes não tiveram interessados. Um dos vendedores, Wisley A. de Souza, fornecerá 147,3 mil toneladas, representando 56% do total; a Zafira Trading fornecerá 73,8 mil toneladas, ou 28% do total; e os outros dois fornecedores — Icefruit Indústria e Comércio de Alimentos e ASR Locação de Veículos e Máquinas — fornecerão 42 mil toneladas, ou 16% do total.

Chama a atenção que o valor dos lances foi o mesmo do edital, com variação máxima de R\$ 0,02, bem como que o leilão é pelo maior desconto, e o valor do quilo de arroz no leilão é de R\$ 5. Ou seja, a empresa que desse o maior desconto na importação do produto final venceria, explicou. Quase todos os lances encerraram em R\$ 5. Os que não encerraram em R\$ 5 terminaram em R\$ 4,99 ou R\$ 4,98. E as empresas vencedoras não competiam entre si pelos lotes.

Isso demonstra a ausência de competição no leilão e um possível conluio entre as empresas. Olha que coisa mais curiosa, mais engraçada. Ou seja, não houve competição. Há indícios fortíssimos de que houve uma combinação para que tivessem essa possibilidade de importar esse arroz. É muito suspeito isso aqui, mais do que já era antes.

Nesta contenda existia a expectativa desses produtores de conseguir comercializar esse arroz pelo país inteiro sem o prejuízo de um *dumping* por conta dessa importação de arroz subsidiado. Essa

² <https://oantagonista.com.br/brasil/deputados-do-novo-recorrem-de-decisao-que-liberou-arroz-estatal/>





importação vai causar um grande prejuízo para o produtor e para a economia gaúcha.

Importante destacar que a Conab, por meio da qual o governo Lula adquiriu o arroz estatal, é presidida por Edegar Pretto, político histórico dos quadros do PT no Rio Grande do Sul, que foi candidato ao governo do estado e desenvolveu sua atividade política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O preço máximo do leilão estava em R\$ 5, e o leilão era de preço mínimo ofertado. Foi vendido basicamente a R\$ 4,99, sendo que várias empresas participantes nem sequer são do setor do arroz.

Imperioso repisar que o Deputado Marcel van Hattem e outros políticos obtiveram na Justiça Federal do Rio Grande do Sul uma liminar para impedir o leilão realizado na manhã desta quinta-feira. Entretanto, o governo recorreu, e o desembargador Fernando Quadros da Silva, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), cassou a liminar. Na ação popular, os políticos argumentaram que não há comprovação da necessidade de importação de arroz pelo governo, uma vez que a maior parte da safra foi colhida no Rio Grande do Sul e não há risco de desabastecimento. O argumento foi acatado pelo juiz federal substituto Bruno Risch Fagundes de Oliveira.

Conforme noticiado³, eis os dados das empresas vencedoras de 17 dos 28 lotes do leilão do arroz. Os outros 11 lotes não tiveram interessados:

- *Zafira Trading Ltda - De acordo com o contrato social, divulgado por Marcus Vinícius, o objeto da Zafira Trading é atividade de consultoria em gestão empresarial, e o capital social é de R\$ 110 mil. Vendeu 73,8 mil toneladas de arroz, perfazendo R\$ 369 milhões.*

³ <https://terrabilnoticias.com/2024/06/fabrica-de-sorvete-vence-leilao-milionario-do-arroz-do-governo/>





- *Weasley Alves de Sousa Ltda - Microempresa com capital social de R\$ 80 mil, cujo nome fantasia é Queijo Minas. Localizada em Macapá (AP), o objeto da empresa, conforme o contrato social, é comércio atacadista de leite e laticínios, além de outros produtos alimentícios, como hortifrutigranjeiros, carnes e produtos de pescado. Vendeu 147,3 mil toneladas, que custaram R\$ 736 milhões*
- *Icefruit Indústria e Comércio de Alimentos - Sediada no Estado de São Paulo, a Icefruit tem como objeto a fabricação de conservas de frutas e sorvete. Vendeu para o governo federal 19,7 mil toneladas de arroz, somando R\$ 98 milhões.*
- *ASR Locação de Veículos e Máquinas - Localizada no Distrito Federal, a empresa tem como atividade principal a locação de máquinas e veículos, além da comercialização de itens de higiene pessoal, vestuário, transporte coletivo de passageiros, construção de edifícios, construção de rodovias, ruas, praças e obras de terraplanagem na diversidade. No leilão, vendeu R\$ 112 milhões, o que corresponde a 22,5 mil toneladas de arroz.*

Outrossim, conforme noticiado⁴, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) solicitou às empresas vencedoras do leilão de arroz do governo federal que comprovem sua capacidade técnica para realizar a compra e a distribuição dos produtos. A informação foi confirmada pelo órgão ao jornal Folha de S.Paulo, neste domingo, 9. No leilão, uma loja de queijos arrematou a maior quantidade de arroz, cerca de metade do total. Outra vencedora é uma empresa de transportes cujo único sócio admitiu ter pagado propina para fechar

⁴ <https://revistaeste.com/politica/conab-solicita-comprovacao-tecnica-e-financeira-de-empresas-vencedoras-de-leilao-de-arroz/>





um contrato com o governo do Distrito Federal. O caso foi arquivado posteriormente.

Neste cenário, é importante ressaltar a ausência de empresas do Sul do país, uma região tradicionalmente produtora de arroz, neste certame. Sobretudo porquanto que algumas empresas vencedoras não apresentaram compatibilidade entre suas atividades rurais e aquelas registradas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Esses fatos, em conjunto, indicam a possível existência de empresas '*laranjas*' utilizadas para fraudar o leilão de compra de arroz pela CONAB, ocultando os reais proprietários e beneficiários.

Destarte, tendo em vista a competência de fiscalização do Poder Legislativo, apresentamos este requerimento para que sejam esclarecidas oficialmente questões sobre o impacto da importação de arroz nos pequenos e médios agricultores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, bem como, sobre eventual existência de fraude no leilão do arroz realizado em 06/06, pelo governo federal.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO





Requerimento **(Do Sr. Evair Vieira de Melo)**

Solicita que seja convocado o Excelentíssimo Senhor Paulo Teixeira, Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, para prestar esclarecimentos sobre o impacto da importação de arroz nos pequenos e médios agricultores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, bem como, sobre eventual existência de fraude no leilão do arroz realizado em 06/06, pelo governo federal.

Assinaram eletronicamente o documento CD243604552500, nesta ordem:

- 1 Dep. Evair Vieira de Melo (PP/ES)
- 2 Dep. Giovani Cherini (PL/RS)

